

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: El C. de

Class.: 271

Data: 16/04/85

Pg.: \_\_\_\_\_

**Cimi: Ianomanis serão prejudicados com as reservas descontínuas**

BRASILIA (O GLOBO) — "A criação de sete reservas descontinuas para os índios ianomanis contradiz inteiramente as declarações do ministro do Interior, Mário Andreazza, do presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, e da própria Presidência da República, que sempre asseguraram a criação de um parque de áreas contínuas", disse ontem o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulo Suess.

A informação de que os estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo CSN, Funai, Sema e IBDF estão prevendo a criação de áreas descontinuas foi dada ao secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, na última terça-feira, pelo chefe de gabinete do Ministério do Interior, Luiz Carlos de Urquiza Nóbrega.

— Isto mostra a que ponto chegou a falta de habilidade política do Ministério do Interior que, ao abrir a Semana do Índio, anuncia esta decisão anti-indígena — disse Paulo Suess.

De acordo com os estudos, a criação de parque contínuo é desaconselhável por problema de segurança nacional, já que poderá criar dificuldades com a Venezuela, visto que a Serra do Surucucus interpenetra no território nacional venezuelano. E sugerida, portanto, a criação do parque como conjunto, com a ilha Ianomani e guarnição de tropas federais nos corredores, evitando ocu-

pação predatória da zona, entrada indiscriminada de civilizados e o desequilíbrio do ecossistema.

A primeira proposta era de uma área contínuo de seis milhões de hectares. A Funai, posteriormente, sugeriu que fosse ampliada para dez milhões de hectares, sendo seis milhões em Roraima e quatro milhões no Amazonas. A equipe de estudos propõe agora a criação de sete reservas descontinuas em quatro milhões de hectares.

**EMANCIPAÇÃO**

O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, disse ontem que, no momento, o mais importante não é o estudo dos princípios que codificam a emancipação do índio, mas a necessidade de assegurar aos silvícolas condições de sobrevivência.

Ao comentar o documento elaborado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), que sugere o reestudo do Estatuto do Índio para incluir a emancipação, dom Luciano observou que atualmente o que se requer é "a criação de condições para o exercício pleno da dignidade do índio." Em sua opinião, o problema da emancipação é correlato ao da promoção da dignidade do silvícola.

— Neste sentido — disse dom Luciano — o índio deve ter assegurado o respeito ao uso da propriedade da terra, a seus costumes e cultura, atendimento básico de saúde e defesa contra a invasão de suas terras.